

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

(Do Sr. ZÉ NETO)

Altera a Lei 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para dispor sobre a destinação de recursos do Fundo de Amparo ao trabalhador para a geração de emprego e renda por meio do financiamento de veículos de transporte coletivo de passageiros em micro-ônibus ou vans.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 10 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10 .....

§1º O FAT é um fundo contábil, de natureza financeira, subordinando-se, no que couber, à legislação vigente.

§ 2º Do montante de recursos destinados a programas de desenvolvimento econômico referidos no caput deste artigo deverá ser observada a aplicação de valor mínimo, definido em regulamento, em linha de crédito destinada à geração de emprego e renda por meio do financiamento de veículos para o transporte coletivo de passageiros em micro-ônibus ou vans regulares conforme legislação local.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias da sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Parte dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) são destinados constitucionalmente ao financiamento de programas de desenvolvimento econômico voltados para setores estratégicos que promovem



a melhoria da competitividade do país e o aumento da qualidade de vida do trabalhador. O oferecimento de linhas de crédito com condições mais favoráveis constitui, portanto, instrumento fundamental de política pública para o desenvolvimento nacional sustentado e para a geração de empregos.

Considerando que o FAT viabiliza a execução de projetos em uma variedade de setores tais como turismo, saúde, transporte público, energia e agricultura familiar, entre outros, apresentamos proposta que visa incluir na legislação a possibilidade de destinação de recursos para o financiamento do transporte coletivo realizado pelos micro-ônibus ou veículos para transporte coletivo menores em razão da sua importância para a mobilidade dos cidadãos.

Ressaltamos que parte dos recursos do FAT já são atualmente destinados ao financiamento de veículos utilizados para o serviço de táxi com condições mais favoráveis, para possibilitar a renovação da frota de veículos, a melhoria da qualidade dos serviços prestados, bem como a geração de emprego e renda e a melhoria da economia que envolve o setor.

A nossa proposta, portanto, tem o objetivo de incluir também o segmento de transporte regular feito por vans e micro-ônibus em linha de crédito destinada à geração de emprego e renda por meio do financiamento de veículos para o transporte coletivo regularizado conforme legislação local.

Destacamos a importância do setor para a complementação da rede de transporte coletivo, pois é por meio desse tipo de transporte, feito por veículos conhecidos popularmente como “vans”, que os cidadãos conseguem a cobertura necessária para chegar até determinadas áreas das cidades.

Assim, considerando que a prestação do serviço contribui igualmente para a geração de emprego e renda e para aquecimento da economia do setor, sendo, ainda, essencial para a efetiva mobilidade dos



cidadãos, nossa proposta pretende beneficiar tanto os trabalhadores quanto os usuários do transporte coletivo.

Certos da importância do assunto, contamos com o apoio dos nobres pares para o enriquecimento do debate e para o aperfeiçoamento e aprovação da presente iniciativa.

Sala das Sessões, em        de        de 2019.

ZÉ NETO  
Deputado Federal-PT/BA

